



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Comunicação – FAC
Departamento de Jornalismo – JOR

Camila Nascimento Maia

Livro-reportagem e cobertura de violência:

Um aprofundamento possível

Brasília, Dezembro de 2011

Camila Nascimento Maia

Livro-reportagem e cobertura de violência:

Um aprofundamento possível

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como pré-requisito para obtenção do título de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Paniago.

Brasília, Dezembro de 2011

Camila Nascimento Maia

Livro-reportagem e cobertura de violência:

Um aprofundamento possível

Banca Examinadora

.....

Prof. Dr. Paulo Paniago (orientador)

.....

Prof. Dr. Sérgio de Sá

.....

Prof. Dr. Gustavo de Castro

.....

Profa. Dra. Dione Moura (Suplente)

Brasília, Dezembro de 2011

*A meus avós, que venceram a fome e a seca do
agreste nordestino para fazer prosperar as
gerações futuras em meio aos galhos tortos do
cerrado.*

Agradeço ao meu orientador, Paulo Paniago, pelo tempo e pela paciência gastos comigo e com este trabalho. Aos jornalistas Caco Barcellos e Carlos Amorim pelas entrevistas concedidas. Aos meus pais, por terem contribuído para minha formação e me apoiado quando precisei. E por último, mas tão importante quanto os outros, agradeço ao Lucas, meu namorado, pelos livros emprestados, pelas reclamações ouvidas e pela compreensão a mim dispensada.

*“É fácil vir aqui e mandar matar,
Difícil é dar uma chance à vida.
Não vai ser a solução mandar blindar
O menino foi pra vida bandida”.*

Trecho da música *Falcão*, de MV Bill.

Resumo

Este trabalho analisa o aprofundamento que o livro-reportagem pode dar à cobertura de violência, principalmente quando comparada à feita pelos veículos diários de comunicação, em especial o jornal impresso. Para tal, a pesquisa aponta equívocos de abordagem encontrados na cobertura de violência, além de práticas adotadas durante a produção de livros-reportagem que podem minimizar as falhas cometidas na cobertura cotidiana do assunto. Como forma de exemplificar as alternativas propostas pelo livro-reportagem para uma cobertura mais completa de violência, foram analisadas as obras *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*, de Caco Barcellos, e *CV_PCC: a irmandade do crime*, de Carlos Amorim. O referencial teórico para a análise dos citados livros-reportagem foi *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, de Edvaldo Pereira Lima.

Palavras-chave: Jornalismo. Livro-reportagem. Cobertura de violência. *Abusado*. *CV_PCC*.

Abstract

This work analyses the deepening that the literary reportage can give to the violence coverage, especially when compared with that made by the daily media, remarkably the newspaper. For this, the research points approach's mistakes found in the violence coverage and practices adopted during the literary reportage's production that can minimize failures committed in the everyday's coverage of the matter. To exemplify the alternatives proposed by the literary reportage to a more complete coverage about violence, the books *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*, by Caco Barcellos, and *CV_PCC: a irmandade do crime*, by Carlos Amorim, have been analyzed. The theoretical referential to the critique to these two titles was *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, by Edvaldo Pereira Lima.

Key-words: Journalism. Literary reportage. Violence coverage. *Abusado*. *CV_PCC*.

Sumário

Introdução.....	10
1. Além da cobertura diária	12
1.1 O livro-reportagem	12
1.2 Tema recorrente	13
2. Erros que merecem correção	18
2.1 Pouca valorização, pouco preparo	18
2.2 Notícia de uma fonte só	20
2.3 Fato sem contexto	24
3. Maneiras de aprofundar	26
3.1 A extensão pela pauta	27
3.1.1 Liberdade temática	27
3.1.2 Liberdade de angulação.....	28
3.1.3 Liberdade de fontes	30
3.1.4 Liberdade temporal	31
3.1.5 Liberdade do eixo de abordagem	32
3.1.6 Liberdade de propósito.....	33
3.2 A complementação pela captação	33
3.2.1 Entrevistas de compreensão e histórias de vida	33
3.2.2 Observação participante	34
3.2.3 Memória	35
3.2.4 Documentação	36
3.3 A fruição pelo texto	37
3.3.1 Técnicas de redação	37
3.3.2 Funções da linguagem.....	38
3.3.3 Técnicas de angulação.....	39

3.3.4 Ponto de vista	40
3.3.5 Técnicas de edição	40
Conclusão	42
Referências bibliográficas	44

Introdução

Fazer delimitações não é fácil. Contudo, é tarefa inerente à produção do conhecimento científico, já que é impossível falar do mundo em apenas algumas páginas. Mas por vezes as delimitações obrigam o pesquisador a trazer à tona menos elementos do que gostaria e o exemplo explícito disto está no título deste trabalho.

Nele e ao longo de todo o texto usa-se o termo “cobertura de violência”. Optou-se por isso devido à delimitação necessária a um trabalho acadêmico e ao apelo próprio da palavra violência. Ou seja, além de a palavra violência chamar a atenção, ela também foi utilizada para abarcar atos envolvidos na cobertura de violência, mas que não são propriamente violentos. Explica-se.

Há distinção entre cobertura criminal, de segurança pública e de violência. A primeira refere-se à cobertura de crimes em geral. Apesar de a relação direta entre crime e violência ser feita no senso comum, há crimes previstos no Código Penal que não fazem uso da violência física, como crimes contra a pessoa, a exemplo da injúria, da calúnia e da difamação, e contra o patrimônio, como furto, estelionato e fraude.

A segunda relaciona-se, principalmente, às ações governamentais ou da sociedade civil organizada para melhorar a segurança da população. Reportagens sobre as unidades de polícia pacificadora montadas no Rio de Janeiro, por exemplo, encaixam-se na cobertura de segurança pública.

A terceira, por sua vez, está ligada somente a atos violentos. Mas ao contrário do que pode se pensar, nem todo ato violento infringe a lei. Exemplos disso são a legítima defesa e o uso da força pela polícia dentro dos limites previstos na legislação.

Apesar de o tema segurança pública aparecer em alguns pontos da pesquisa devido sua estreita relação com as coberturas de violência e criminal, ela não é o centro da questão. Por isto, a terminologia “cobertura de segurança pública” foi posta de lado.

Restaram os termos “cobertura de violência” e “cobertura criminal”. Pensando-se friamente, contudo, nem um dos dois se encaixa perfeitamente ao objeto deste trabalho. Um porque engloba atos violentos que não são tratados aqui. O outro porque engloba crimes que

também não interessam para o presente trabalho. Eis a dificuldade imposta pela delimitação do objeto de pesquisa.

Então se partiu para os prós e os contras de cada uma das terminologias e, por falta de conceito melhor, “cobertura de violência” venceu. E venceu porque crimes, ainda que não essencialmente violentos, como o tráfico de drogas, podem ocasionar atos de violência, a exemplo dos tribunais do tráfico. Assim, para os fins desta monografia, e que isso fique claro, a “cobertura criminal” está contida na de violência. Mas é importante ter em mente que os conceitos são independentes entre si e englobam muito mais que o exposto nas páginas subsequentes.

Isto posto, parte-se para o conteúdo que será abordado a seguir. A presente monografia é dividida em três capítulos, intitulados *Além da cobertura diária*, *Erros que merecem correção* e *Maneiras de aprofundar*, sendo que os dois primeiros ajudam a situar e preparar o leitor para a análise presente no terceiro capítulo.

Em *Além da cobertura diária* fala-se a respeito do livro-reportagem, da recorrência do tema violência dentro dele e do papel que ela assume na sociedade contemporânea. Tal papel a faz merecer o tratamento acurado que o livro-reportagem pode dispensar a temas relevantes.

Erros que merecem correção aborda falhas presentes na cobertura cotidiana quando o assunto é violência e aponta alguns dos motivos causadores de tal situação, além de formas pelas quais tais falhas podem ser minimizadas.

Maneiras de aprofundar, por sua vez, é focado na análise dos livros-reportagem *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, de Caco Barcellos, e *CV_PCC: a irmandade do crime*, de Carlos Amorim. Por meio da análise dessas duas obras pretende-se mostrar alguns recursos presentes no livro-reportagem e que, se assimilados ao menos em parte pela cobertura do dia-a-dia, podem enriquecê-la e torná-la mais completa.

1. Além da cobertura diária

O presente trabalho visa abordar a relação entre o livro-reportagem e a violência, por meio de análise das obras *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, de Caco Barcellos, e *CV_PCC: a irmandade do crime*, de Carlos Amorim. Como se sabe, os *deadlines* da rotina jornalística muitas vezes impedem que o jornalista se aprofunde nos temas por ele abordados. Tal situação é agravada pelo surgimento da Internet, que prima cada vez mais pela agilidade, em detrimento do conteúdo; e pela transformação da notícia em mercadoria, em que vende mais quem noticia primeiro.

Tal lógica não atingiu o livro-reportagem. A ausência de prazos extremamente curtos permite que o jornalista se aprofunde mais no tema e trate aspectos que, por falta de espaço ou tempo, são postos de lado nas coberturas cotidianas. Tais aspectos, no caso da cobertura de violência, podem ser o esclarecimento de questões como as possíveis origens do problema, os efeitos a médio e longo prazo de uma situação de violência generalizada e, especialmente, quem são as pessoas chamadas de bandidos pela sociedade.

Dessa maneira, o livro-reportagem se apresenta como uma boa forma de abordar a violência, já que, no dia-a-dia, a cobertura atém-se à superficialidade das informações dadas pelas fontes oficiais, como o governo e a polícia, e coloca de lado o verdadeiro cerne da questão, que perpassa por problemas histórico-sociais e pelo desejo de igualdade com os setores economicamente mais favorecidos. Números e estatísticas são importantes, mas não ajudam a entender o problema definitivamente e podem mascarar a realidade. É preciso lembrar o lado que, apesar de estar à margem da sociedade, ainda merece ser ouvido.

Mas para chegar a esse ponto, é preciso, primeiro, situar no tempo e no espaço os elementos centrais desta monografia. É o que será feito agora.

1.1 O livro-reportagem

Para atingir uma conclusão a respeito do que é livro-reportagem, é importante ter em mente o que é reportagem. Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari assim a definem:

O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se *reportagem*. Esta é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso (...). (SODRÉ e FERRARI, 1986: 11, grifo dos autores)

Ainda de acordo com estes autores, as principais características da reportagem são predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados. Além disso, é bom lembrar a importância fundamental que a apuração possui para a realização de uma reportagem, pois “se na notícia são necessários cuidados com averiguação de fontes, edições e formulações textuais, a reportagem requer o dobro de atenção, por se tratar de uma maneira mais completa de tratar os fatos” (RODRIGUES, 2010:15).

Como para fins documentais livro é a publicação que deve ter ao menos 48 páginas, é possível dizer que o livro-reportagem é matéria em que a apuração se dá com mais cuidado e profundidade se comparada à produção cotidiana em forma narrativa e que tem mais de 48 páginas. Ou, segundo Edvaldo Pereira Lima, “o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (LIMA, 2009: 26).

A amplitude alcançada pelo livro-reportagem confere-lhe duas funções essenciais. Ele tanto complementa a cobertura feita pela mídia diária, quanto preenche um vazio deixado por ela ao abordar temas que o jornalismo do dia-a-dia não pode ou não quer cobrir em profundidade e que atraem a atenção do público. Ao tratar da violência, o livro-reportagem utiliza-se de ambas as funções.

1.2 Tema recorrente

A violência é tema recorrente dentro do universo do livro-reportagem. *A Sangue Frio*, de Truman Capote, representativa obra para o jornalismo literário, conta a história do assassinato de uma família no Kansas, em 1959. De acordo com Lana Ann Whited, citada por Rildo Cosson

(...) as “histórias de crimes reais” (*true-crime stories*) constituem uma linha progressiva que começa com o naturalismo de Dreiser e Norris e atinge seu clímax com o *nonfiction novel* de Capote. Essa linha constitui uma tradição naturalista americana, baseada em três elementos: o determinismo, as técnicas jornalísticas e a representação do crime com base na visão do assassino (...). Após *In Cold Blood*, diz a autora, outras obras continuam a trabalhar os elementos que fazem parte dessa tradição. (WHITED *apud* COSSON, 2007: 156)

No Brasil, a temática também se mostra corriqueira. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, considerado por muitos o primeiro livro-reportagem brasileiro, publicado em 1902, tem a Guerra de Canudos como tema central. *Lúcio Flávio: o passageiro da agonia*, de José Louzeiro, foi lançado em 1975 e é o primeiro representante do gênero a alcançar grande

sucesso no país. A publicação conta a história do assaltante de bancos cujo nome é o título da obra.

O constante aparecimento da violência dentro do livro-reportagem é motivado por diversos fatores. Um deles é o poder que ela tem de atingir diversas camadas e segmentos da sociedade. Um dos valores-notícia propostos por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge em 1965 ajuda a explicar isso. Tal valor, ligado ao impacto da matéria, é o da amplitude: quanto maior o número de pessoas envolvidas, maior a probabilidade do evento ser noticiado.

Além disso, a violência se incorporou ao cotidiano da população brasileira, em especial nas grandes metrópoles, e assumiu novas características ao longo do tempo. A convivência entre presos comuns e presos políticos no Presídio da Ilha Grande, durante as décadas de 1960 e 1970, permitiu a troca de informações entre eles. Os presos políticos, além de terem apresentado Marx, Che Guevara, técnicas de guerrilha, entre outros assuntos revolucionários aos presos comuns, também mostraram a eles que é mais fácil lutar quando há um grupo coeso e estruturado em torno do mesmo ideal. Isto deu nova cara ao crime, que ganhou organização. Exemplos claros são o Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro e o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo.

O Comando Vermelho, que ainda se chamava Falange Vermelha, surgiu nos anos 1970 e tinha um ideal bem distinto ao do que é associado a ele atualmente. A convivência entre presos comuns e políticos, especialmente na galeria B do presídio da Ilha Grande, possibilitou que estes passassem diversos tipos de informações àqueles. Com novas ideias na cabeça, os presos comuns, liderados por Willian da Silva Lima, o Professor, resolveram criar uma falange para lutar contra os desmandos cometidos por presos e policiais dentro da prisão. Nos primórdios do Comando Vermelho, a palavra de ordem era “o inimigo está fora das celas. Aqui dentro somos todos irmãos e companheiros” (AMORIM, 2009: 106).

Ao longo do tempo, o grupo que surgiu com o intuito de lutar contra práticas de tortura, estupros e outras atividades que fossem de encontro aos direitos humanos dentro da prisão e por melhores condições de vida nos presídios adquiriu novos papéis, mesmo porque algumas reivindicações, como visitas íntimas, acabaram sendo atendidas. Foi criada uma caixinha de contribuição para patrocinar fugas e ajudar as famílias dos presos pertencentes ao Comando Vermelho. Grande parte do dinheiro vinha de assaltos a bancos, ocasião em que os criminosos comuns utilizavam técnicas aprendidas com os presos políticos. Mas entre meados

dos anos 1980 e início dos 1990, os integrantes perceberam que a atividade de assalto a bancos se tornava a cada dia mais perigosa e menos lucrativa.

Muitos estavam sendo presos durante as ações de assalto a bancos e o dinheiro conseguido não compensava o número de homens mortos ou que iriam parar na cadeia, já que estes teriam que tentar fugir novamente, o que implicaria mais gastos para o Comando. O tráfico de drogas surgiu como alternativa viável, pois os participantes dessa atividade não se expõem tanto quanto os assaltantes. O Comando Vermelho começou a ter a cara que se vê hoje. Apesar disso, o lema “paz, justiça e liberdade”, criado pelos fundadores do CV, ainda é lembrado pelos integrantes do Comando.

O Primeiro Comando da Capital surgiu muitos anos depois, em meados da década de 1990. O intuito dos presos era basicamente o mesmo: lutar pelos próprios direitos. A formação inicial do grupo criminoso, criado na Casa de Custódia de Taubaté, contava com os integrantes do melhor time de futebol da penitenciária: o Comando da Capital. E foi justamente daí que veio o nome de batismo da nova facção. Dez anos após surgir, o Primeiro Comando da Capital contava com a participação de 40 mil homens. Em 2001, foi o PCC a comandar a maior rebelião da história do sistema penal brasileiro: em 27 horas, cerca de 30 mil amotinados, 29 levantes simultâneos em presídios ao longo de todo o estado de São Paulo, dezesseis mortos e quase cem feridos.

Apesar de tamanha abrangência, a principal reivindicação dos presos não foi atendida. Eles queriam a volta de chefes do PCC transferidos da extinta Casa de Detenção do Carandiru para o interior de São Paulo. As negociações entre encarcerados e autoridades governamentais durou cerca de 11 horas e só a invasão dos policiais aos presídios conseguiu dar início ao apaziguamento da situação. A tropa de choque da Polícia Militar, com mais de dois mil homens, convocou todo o efetivo para atuar no episódio tanto no campo da negociação, quanto no campo da força, caso necessário. A rebelião liderada pelo PCC, em 2001, também deu provas da corrupção policial, comum dentro dos presídios e influenciada por baixos salários, má preparação profissional e questões morais. “A principal arma dos revoltosos é o telefone celular, introduzido nas celas com a conivência dos guardas” (AMORIM, 2008: 385)

Tais grupos, que possuem o tráfico de drogas como atividade principal, comandam regiões onde o Estado não consegue se impor. Por meio do dinheiro adquirido de forma ilícita, os integrantes dos grupos criminosos ajudam os moradores a comprar alimentos,

remédios, construir casas, enfim, a realizar diversas tarefas que a comunidade não conseguiria sem apoio financeiro. Por meio do “paternalismo” ou da coação conseguem, se não apoio, ao menos “vista grossa” dos moradores da favela e ditam normas e costumes.

O depoimento do ex-trafficante Betinho dado a MV Bill para o livro *Falcão: meninos do tráfico* exemplifica tal situação. A obra traz depoimentos de jovens que se envolveram com o tráfico de drogas e conta seus tristes desfechos. Parte dos depoimentos presentes em *Falcão* está no documentário de mesmo título lançado em 2006.

Bill: O tráfico traz algum benefício para a comunidade?

Betinho: Ajuda bastante, porque eu vejo que, eu acho que ajuda, vou ser sincero com você, eu acho que ajuda até mais que o governo. Ajuda bastante. Porque você vê quando acaba um gás, um remédio, uma ajuda, né cara? (ATHAYDE e BILL, 2006: 231)

Não é apenas dos moradores da favela que os traficantes conseguem vista grossa. A polícia, muitas vezes, faz acordos com estes. Por meio de um sistema de propinas, “os donos do morro” entram em consenso com policiais para não serem presos, para que agentes de segurança não entrem nas favelas e, até mesmo, para que não interfiram em conflitos entre facções rivais. O diálogo a seguir explicita a relação entre traficantes e policiais:

Bill: Você já foi pego alguma vez?

Falcão: Pô, já. Umás quatro vezes.

Bill: Fez o quê?

Falcão: Rodei vendendo. (...)

Bill: E aí?

Falcão: Aí deu pra conversar. Teve uma conversa. Perguntamo quanto que ele queria. Porque ele me pegou sem nada. Da vez que ele me pegou com farinha¹, foi um dinheiro. Das outras vezes que eles me pegaram sem nada, não foi nada. Eu negava que era bandido. Eles falando que se me pegassem com alguma infração, eles iam me prender. (*Idem*, 2006: 157)

A corrupção entre os que deveriam combatê-la, contudo, não foi inovação trazida pelo crime organizado ao Brasil. Ela já se fazia presente desde o período colonial.

Ao abrigo da farda, na verdade, os oficiais dedicavam-se à mais deslavada corrupção. (...) Quase todos os oficiais se comportavam de forma semelhante, como o contratador e tenente-coronel Joaquim Silvério dos Reis (o mesmo que mais tarde seria o primeiro delator da Conjuração Mineira), duramente acusado por Gonzaga: “A lei do teu contrato não faculta/ que possas aplicar aos teus negócios/ os públicos dinheiros. Tu, com eles,/ pagaste aos teus credores grandes somas!” (ARAÚJO, 2008: 301-302)

Com nova roupagem, pois antigamente não existiam celulares para colocar dentro de presídios ou traficantes de drogas dispostos a pagar propinas para não serem presos, a corrupção nas estruturas de segurança do Estado contribui para a manutenção e para o

¹ Termo geralmente usado na linguagem dos traficantes para designar cocaína.

fortalecimento do poder do crime organizado em todo o país e, especialmente, nas cidades onde a polícia é mal remunerada.

Contudo, o tema violência chama a atenção da sociedade não só pela própria abrangência e presença no espaço social. Ela também surge por ser inerente ao comportamento humano. Muniz Sodré explica:

A violência, a agressão enraíza-se tão profundamente quanto a propensão amorosa ou sexual na composição psicobiológica do ser humano. Ou seja, a *destrudo* acompanha estruturalmente a libido na complexidade do indivíduo, é portanto algo inerente à experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. (SODRÉ, 2006: 24)

Além do forte interesse que a violência desperta no homem, outro fator que influencia o aparecimento de livros-reportagem que abordam o tema é a constante presença dele nas páginas de jornais e o pouco espaço reservado para o aprofundamento do assunto. As rotinas produtivas e o modelo jornalístico baseado no *lead* não permitem o esgotamento de um tema tão complexo e a cobertura, muitas vezes, é rasa. E é justamente sobre as falhas recorrentes no jornalismo cotidiano que o livro-reportagem consegue sanar, ao menos em parte, de que tratará o próximo capítulo.

2. Erros que merecem correção

As questões de segurança pública, de violência e criminais muitas vezes não recebem a devida importância dos veículos midiáticos. O receio das corporações de enviar repórteres para locais perigosos, especialmente após a morte do jornalista Tim Lopes, em 02 de junho 2002, é um dos motivos para que o tema seja menos tratado do que deveria. O produtor da Rede Globo investigava denúncia feita por moradores da favela Vila Cruzeiro, no subúrbio do Rio de Janeiro, de bailes funk promovidos por traficantes para a venda de drogas e exploração sexual de adolescentes. O jornalista acabou sendo descoberto e morto pelos traficantes. O corpo foi encontrado pouco mais de um mês depois de seu desaparecimento em um cemitério clandestino.

A morte do cinegrafista da tevê Bandeirantes, Gelson Domingos, é outro exemplo do perigo que jornalistas podem correr ao participar da cobertura de violência. O repórter cinematográfico foi atingido por um tiro de fuzil enquanto cobria uma ação policial na favela de Antares, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 6 de novembro de 2011. A bala, que acertou o peito do cinegrafista, atravessou o colete que deveria protegê-lo.

Situações como as citadas fazem com que, apesar da extrema importância, a cobertura de violência ainda não preencha longos espaços dentro dos jornais. Ela, quando aparece, apresenta deficiências, como baixa quantidade de fontes ouvidas e descontextualização dos assuntos noticiados. Mas o argumento de zelar pela segurança do repórter não é o único motivo para tal situação. A desvalorização da área “policial”, o despreparo dos jornalistas e a centralidade de fontes são alguns dos fatores que contribuem para uma cobertura falha e que serão expostos a seguir.

2.1 Pouca valorização, pouco preparo

A cobertura policial nunca foi uma das áreas mais valorizadas pelas empresas jornalísticas. Por isso, “costumava ser delegada a profissionais menos experientes ou menos preparados do que os de setores considerados ‘sérios’” (RAMOS e PAIVA, 2007: 15). Apesar de grandes nomes do jornalismo terem começado na cobertura policial, os baixos salários e o grande volume de trabalho na área causava o desinteresse dos jornalistas pela cobertura de polícia e muitos, quando tinham oportunidade, optavam por trabalhar em outras editorias. Hoje, a situação se modificou um pouco. Na maior parte dos jornais, já não existe uma

editoria exclusiva de polícia. As notícias relacionadas a crimes e violência agora aparecem, por exemplo, nas editorias de cidades ou geral.

Tal mudança teve lado bom. Ele está relacionado ao fato de os jornalistas não ficarem circunscritos apenas à cobertura policial, o que facilita o diálogo entre assuntos relacionados a ela com outras temáticas do cotidiano. Apesar disso, ainda há muito a ser melhorado.

Um importante aspecto a se destacar é a falta de preparo dos profissionais para a cobertura de áreas relacionadas à violência e à criminalidade. Apesar de parecer uma editoria mais simples de ser abordada do que economia, por exemplo, a cobertura de violência possui diversas dificuldades. Uma delas reside no desconhecimento da legislação relacionada ao tema.

A diferenciação entre roubo e furto, por exemplo, raramente é feita nas páginas de jornais, revistas ou no rádio e na televisão. É comum ouvir ou ler que a casa de fulano de tal foi roubada quando, na verdade, ocorreu furto. A diferença principal reside no uso, ou não, da violência. Enquanto o furto consiste em subtrair, para si mesmo ou para outra pessoa, coisa alheia móvel, de acordo com o art. 155 do Código Penal brasileiro, o roubo é entendido como subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outros, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer forma, reduzido à impossibilidade de resistências, segundo o art. 157 do já citado Código.

Tal exemplo é bem simples, mas também bastante didático. Ele mostra como o jornalista, por pressa, falta de interesse ou por achar que ninguém vai perceber, utiliza conceitos errados e fortemente relacionados ao senso comum. Falhas como essa poderiam ser sanadas com cursos de especialização na área promovidos pelas próprias empresas jornalísticas. Infelizmente, tais iniciativas ainda são raras.

O sociólogo Cláudio Beato, em entrevista ao livro *Mídia e violência*, ressalta ainda outro grave problema ligado ao despreparo de repórteres que cobrem crimes:

Aspectos de natureza organizacional relacionados às redações dos órgãos da imprensa levaram à quase extinção da figura do jornalista investigativo. Profissionais que possam despende largos períodos de tempo tentando compreender algum fenômeno em maior profundidade foram substituídos por jornalistas que têm que fechar matérias ao final do dia. Para tal, contam com um grande número de informantes para ajudá-los a estruturar as matérias e auxiliá-los na interpretação dos materiais obtidos. Muitos desses informantes estão no interior das organizações policiais, e alguns deles envolvidos em atividades de ponta. Salvo exceções – elas existem e são importantes – a regra é uma deficiência reforçando outra. Pessoas que entendem pouco do que estão falando orientam-se por profissionais que

entendem menos ainda do que estão tratando. O resultado é desinformação e ausência de uma perspectiva mais analítica que leve à compreensão da violência a partir de um quadro de referência mais amplo. (BEATO *apud* RAMOS e PAIVA, 2007: 35)

Aos jornalistas da área não falta apenas conhecimento de assuntos ligados à violência. Falta também preparo psicológico. Lidar com situações de conflito não é fácil, especialmente quando se tem uma câmera nos ombros ou um microfone, gravador ou bloco de anotações nas mãos. Saber como lidar com dificuldades e riscos que a cobertura de violência traz, além da presença de um colete à prova de balas, é essencial para que se possa realizar boa cobertura sem colocar em risco a vida de repórteres. Mais uma vez, a iniciativa das corporações de treinarem seus profissionais se mostra necessária.

2.2 Notícia de uma fonte só

Outro grave problema relacionado à cobertura de violência está na falta de vozes variadas dentro das notícias. Desde a primeira vez que se sentam nos bancos das faculdades de jornalismo, alunos ouvem uma frase repetida até a exaustão: para escrever uma notícia, o jornalista precisa ouvir os dois lados. Entretanto, não é o que ocorre. No noticiário de violência, a polícia aparece como uma das fontes mais ouvidas.

Dados de pesquisas realizadas pelo Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (Cesec), em 2004 e 2006, apontam a predominância das forças de segurança como fontes do noticiário ligado à criminalidade, à violência e à segurança pública. Em 2004, uma análise de 2.514 textos publicados nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Agora São Paulo*, *Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*

demonstrou que a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. Quando eram desconsiderados os textos que não indicavam fontes – notas e colunões, rápidos registros de encontros de cadáveres, roubos e outras ocorrências, que compunham 24,8% da amostra – o percentual subia para 43,2%. (*Idem*: 37)

A pesquisa realizada em 2006 nos jornais *Extra*, *Jornal do Brasil*, *Meia Hora*, *O Dia*, *O Fluminense*, *O Globo*, *O Povo* e *Tribuna da Imprensa*, todos do Rio de Janeiro, reafirma os dados anteriores. “26,9% dos 2.651 textos baseavam-se em informações policiais. Além destes, um grande número dos colunões e notas, que compunham 34,6% da amostra, tinha como fontes os boletins de ocorrência” (*Ibidem*: 37).

A situação pode ser ainda mais grave. Também de acordo com as pesquisas feitas pelo Cesec, mais de 50% das reportagens avaliadas sobre o tema possuem apenas uma pessoa ou

instituição como fonte das informações publicadas e que, de maneira geral, estão ligadas às polícias civil ou militar.

Por que isso acontece? A principal resposta está ligada ao comodismo. Encontrar o delegado responsável por uma investigação e pedir-lhe o boletim de ocorrência (BO) sobre o caso, por exemplo, é muito mais simples e acessível. Com o BO nas mãos, que possui as informações principais a respeito de um crime, é simples redigir uma matéria superficial sobre o fato. Em um jornalismo que, em muitos casos, prende-se mais ao factual do que ao contextual, uma cobertura assim basta.

Os dados do Cesec apontam ainda que

o segundo lugar como fonte principal é a vítima (9,7% no levantamento nacional, 10,4% na pesquisa sobre jornais do Rio de Janeiro). Em terceiro lugar, surgem o Poder Executivo Federal, o Estadual e o Municipal (8,5%), indicando a forte presença das secretarias de segurança neste cotidiano. Especialistas aparecem em pequeno número – 4,6% na pesquisa nacional e apenas 1,4% no estudo sobre jornais fluminenses. A chamada sociedade civil organizada corresponde a menos de 1% das principais fontes ouvidas. Representantes do Ministério Público, envolvidos diretamente no processo legal, também não aparecem em proporção semelhante à sua importância: na pesquisa regional, eles são fontes principais em apenas 1,7% das matérias. (*Ibidem*: 38)

Tais dados comprovam a predominância da polícia enquanto fonte. A prática traz malefícios tanto para o leitor, quanto para os próprios veículos de comunicação. Enquanto o público se vê privado da pluralidade de vozes que deveriam estar presentes na mídia para a formação de um debate, os meios de comunicação se tornam dependentes das informações policiais e perdem a capacidade de criticar as instituições de segurança por conta dessa dependência.

A dificuldade de encontrar fontes qualificadas e independentes em relação ao sistema de segurança é um dos argumentos utilizados pelos jornalistas para a baixa quantidade de fontes na cobertura de violência. Aqui cabe uma questão para levar o leitor a refletir: a polícia seria fonte independente e qualificada para falar de segurança pública? O discurso dela é, sim, importante para a cobertura de violência, mas desde que seja complementado pelo discurso de outros agentes envolvidos na temática, como entidades não governamentais que atuam nas periferias, moradores de tais regiões e estudiosos do tema. Escutar somente a polícia é deixar de ouvir alguns dos outros lados da história.

Subir o morro para conversar com a população, associações de moradores e, até mesmo, com criminosos não é tarefa fácil. Entretanto, o jornalismo precisa se prestar a tais

papéis. Buscar a opinião de especialistas sobre o assunto também é importante. Não se pode, simplesmente, ignorar as periferias das cidades apenas devido ao fato de o acesso a tais regiões ser mais complicado. Estes lugares fazem parte da cidade tanto quanto os bairros nobres e os moradores dessas regiões merecem ver a realidade que os rodeia estampada nos jornais.

Em *Abusado*, o jornalista Caco Barcellos relata um pouco das dificuldades e polêmicas que surgem quando se resolve fazer uso de fontes não legitimadas. Assim que recebeu o convite de Marcinho VP, traficante de drogas, para escrever o livro, ele soube que não seria fácil:

Imaginei que ele não tivesse muita noção da complexidade de um trabalho de apuração jornalística com personagens fora-da-lei, condenados e foragidos da justiça. Era sem dúvida um desafio, cheio de implicações éticas, morais, legais. Antes mesmo de assumir, comigo mesmo, o compromisso de enfrentá-lo, eu já deduzira que seria a reportagem mais difícil de meus 25 anos de profissão. (BARCELLOS, 2009: 460)

Eis que surge outra questão: quando dar voz àqueles que cometeram crimes? A pergunta não possui resposta definitiva. Ao mesmo tempo em que estas pessoas estão diretamente envolvidas com a cobertura criminal e de violência, muitos veículos preferem não dar lugar a elas no noticiário para não correrem o risco de legitimar o discurso de infratores e criar aura heroica em torno deles.

Entre os anos 1980 e 1990, o contato entre jornalistas e criminosos era relativamente comum, segundo o livro *Mídia e violência*. Hoje, essa situação se modificou bastante e “a maioria dos jornalistas afirma que não procura criminosos como fonte. Uma frase costuma ser repetida: ‘Não vamos dar voz ao bandido’” (RAMOS e PAIVA, 2007: 57).

O grande receio dos meios de comunicação está em dar aos criminosos uma posição de liderança. Isso faz com que, muitas vezes, entrevistas com eles não sejam publicadas. Questões éticas também influenciam na escolha entre publicar ou não determinada reportagem. O jornalista Zuenir Ventura, por exemplo, optou por guardar a entrevista feita com Marcinho VP durante a década de 1990. Ele explica o motivo: “Como a entrevista era um desafio, uma provocação à polícia e ao governo, eu temia que no dia seguinte as tropas subissem o morro e causassem um banho de sangue” (VENTURA *apud* RAMOS e PAIVA, 2007: 58).

Quando se trata de bandido que cometeu crime de grande relevância ou que, por algum motivo, ganhou notoriedade, ele passa a ter voz sem dificuldades na mídia. Isto mostra uma contradição no discurso de que os meios de comunicação não dão espaço aos bandidos e prova o quanto interesses comerciais podem influenciar naquilo que é ou deixa de ser publicado. Mas isso não assegura uma cobertura de qualidade e aqui também entra a questão do preparo profissional. Foi o que aconteceu com Marcinho VP, quando da visita de Michael Jackson à favela Santa Marta, da qual ele era chefe do tráfico, em 1996.

Na ocasião, Nelito Fernandes, Silvio Barsetti e Marcelo Moreira, repórteres de três grandes jornais do Rio de Janeiro, queriam entrevistar o traficante e acabaram conseguindo. Mas sob condição: não poderiam identificá-lo. Os jornalistas aceitaram. Nenhum deles, porém, cumpriu o acordo. Em discussão com os editores, todos optaram por identificar a fonte e utilizaram a credibilidade da informação como argumento para isso. O princípio do *off*, prática comum no jornalismo, foi posto de lado. Além disso, as edições feitas mudaram o sentido de diversas frases. Uma das principais distorções estaria na frase utilizada por VP para dizer que além da maconha, não fazia uso de outras drogas: “Não cheiro, não bebo. Eu só fumo o mato certo” (BARCELLOS, 2009: 343)

O jornal *O Dia* reproduziu a frase da seguinte maneira: “Nunca fiz isso. Eu não cheiro, não fumo, não bebo. Só mato o certo” (*Idem*: 351). No *Jornal do Brasil*, a afirmação sofreu outras alterações: “Eu não bebo, não fumo e não cheiro. Meu único vício é matar, mas só mato quem merece morrer” (*Ibidem*: 351). O repórter de *O Globo*, por não ter entendido o sentido da frase, preferiu não publicá-la, mas foi cobrado na redação pelo furo.

A situação citada, descrita mais detalhadamente nos capítulos 22 e 23 de *Abusado*, exemplifica o quão complicada pode ser a cobertura de violência e como os jornalistas não estão preparados para lidar com fontes não legitimadas. A pressão de estar frente a frente com um traficante, as condições não ideais para a realização de uma entrevista e a diferença de vocabulários certamente foram fatores que determinaram as distorções presentes nas entrevistas publicadas e serviram de estopim para que VP se tornasse um dos traficantes mais procurados pela polícia.

Apesar disso, os meios de comunicação precisam investir em maneiras de trazer o discurso de infratores para páginas e telas.

Tentar compreender os valores e os objetivos de um criminoso é uma meta válida para a imprensa. Não faz sentido estabelecer zonas proibidas na realidade. Autores de crimes são protagonistas de fatos que interessam à sociedade e, portanto, podem ser ouvidos – desde que de forma cuidadosa, sem ingenuidade ou impulsividade. (RAMOS e PAIVA, 2007: 58)

2.3 Fato sem contexto

Problema bastante presente no jornalismo e que não se limita à cobertura de violência é a descontextualização dos fatos selecionados para virarem notícia. A fórmula tradicional utilizada hoje em dia é um dos motivos para isso.

A narração cronológica, diz Eleazar Diaz Rangel, que dominou o que poderia chamar-se toda uma primeira etapa na evolução da notícia, respeitava a ordem em que se sucederam os fatos e era necessário ler todo o relato para inteirar-se do que havia ocorrido. Para os novos leitores que a imprensa conquistou, resultava muito mais prático essa estrutura da “pirâmide invertida”. Mais adiante, o autor complementa que o leitor, assim, informa-se brevemente e não pergunta pelas circunstâncias dos fatos. Essa nova estrutura da notícia não foi planejada para chamar o leitor à reflexão, mas apenas “para informá-lo superficialmente, para adormecê-lo, fazê-lo indiferente e evitar que pense”. (RANGEL *apud* GENRO FILHO, 1987²)

Mas não é possível culpar a pirâmide invertida por toda a descontextualização presente no jornalismo. No caso da cobertura de violência, falta a relação entre ela e fatores sociais, por exemplo. Para o jornalista Carlos Amorim, autor de *CV_PCC*, o maior erro da mídia ao cobrir violência reside justamente no fato de fazê-lo de maneira descontextualizada:

A falha principal é não estabelecer um nexos (histórico, social e psicológico) entre os fatos. A notícia de hoje parece que não tem nada a ver com a de ontem. O grande mérito do meu trabalho é justamente correlacionar os fatos e dar a eles uma perspectiva histórica³.

As pesquisas realizadas pelo Cesec também classificaram as reportagens pela abordagem dos assuntos e mais uma vez mostraram números preocupantes: o estudo feito no Brasil aponta que 63,8% das matérias analisadas relatam apenas o factual. No Rio, esse número sobe para 77,7%. Ou seja, apenas a minoria das matérias oferece a análise dos fatos.

Da mesma forma, 82,5% dos textos analisados na pesquisa Rio eram matérias motivadas pelo que chamamos histórias individuais, isto é, os fatos cotidianos – assaltos, homicídios, acidentes, anúncios oficiais (83,7% no caso da pesquisa Brasil). Em contraste, o reduzido percentual de matérias de iniciativa da própria imprensa – entrevistas, editoriais, investigações, reportagens especiais, equivalentes a 14,5% no caso do Rio, e a 6,1% no caso do Brasil – é um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica. (RAMOS e PAIVA, 2007: 19)

² A citação foi retirada da versão on-line do livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, que não traz numeração de página. O fragmento transcrito acima está no capítulo nove da referida obra.

³ Trecho de entrevista concedida por Carlos Amorim, via e-mail, à autora do presente trabalho no dia 13 de setembro de 2011. Todas as citações deste autor presentes nesta monografia foram retiradas da referida entrevista.

Tais dados indicam que a mídia não assume o papel de mediadora de um debate necessário para o país, tendo em vista a relevância que os temas violência, criminalidade e segurança pública apresentam atualmente no Brasil. Trazer estes assuntos à tona poderia motivar ações mais abrangentes e eficazes tanto do Estado quanto da sociedade civil organizada, mas não é este o caminho escolhido pela mídia.

O uso de dados e estatísticas dentro das matérias ajudaria a dar ao leitor uma visão mais panorâmica a respeito do tema. Contudo, eles aparecem na menor parte das reportagens: 9,3% no Rio e 5,3% no Brasil, ainda segundo dados do Cesec. É a mostra de outra falha na cobertura de violência. Sem dados, fica difícil saber qual o tamanho do problema.

A utilização de estatísticas vinculada a espaços para debates, contextualização dos fatos e pluralidade de fontes pode contribuir para a melhoria da cobertura de violência. Além disso, a aproximação entre a imprensa e as comunidades da periferia também pode ajudar na melhoria das coberturas.

As experiências e os exemplos mostram que o melhor caminho para aprimorar a cobertura dos espaços populares é, justamente, a aproximação de suas comunidades. Para oferecer um painel completo da nossa sociedade, a imprensa precisa apresentar também a voz dos moradores de favelas e periferias. Para isso, será preciso estimular a criação de novos canais de diálogo (...). É também importante intensificar o diálogo com organizações não-governamentais, centros de estudo e entidades de defesa dos direitos humanos, que atuam cotidianamente nessas localidades. Dessa forma, a imprensa poderá ampliar o seu papel de promover o debate social, vigiar e exigir a execução de políticas públicas e retratar a sociedade como um todo – e não apenas parte dela. (*Idem*: 86)

Assim, as matérias produzidas pelo jornalismo diário poderiam se tornar mais completas. No caso do livro-reportagem, alguns dos recursos citados já fazem parte do processo de apuração dos repórteres. Sobre isso falará o próximo capítulo.

3. Maneiras de aprofundar

Muniz Sodré, no livro *Sociedade, mídia e violência*, tipifica cinco formas desta última: anômica, representada, sociocultural, sociopolítica e estado de violência ou violência social. A anômica está ligada à criminalidade presente nas grandes cidades. A representada é a violência reconstruída pelos discursos da mídia, como o jornalismo e a indústria de entretenimento. A sociocultural, por sua vez, está ligada à violência de maiorias contra minorias, a exemplo do racismo e da homofobia. A violência sociopolítica é a exercida pelos aparelhos repressivos do Estado. Apesar de ser mais comum na ditadura, também está presente no estado de direito. Já a violência social ou estado de violência decorre “de um modelo social fixado pela hipertrofia do poder” (SODRÉ, 2006: 13).

Os livros analisados, *Abusado*, de Caco Barcellos, e *CV_PCC*, de Carlos Amorim, tratam do tema violência e cada uma das tipificações propostas por Sodré se faz presente de alguma maneira nas páginas das referidas obras. Isso se deve ao fato dessas formas de violência quase nunca aparecerem de maneira isolada. Contudo, há uma delas que é mais frequente nos citados livros-reportagem: a anômica. Ela é a violência “cujos aspectos cada vez mais cruéis se fazem visíveis nas ruas, na mídia, e cujos índices crescentes engrossam as estatísticas oficiais de criminalidade” (Sodré, 2006: 12). Apesar disso, as obras usam formas diferentes para tratar do tema.

De acordo com Edvaldo Pereira Lima, o livro-reportagem pode ser classificado com base em dois aspectos: o objetivo particular, com o qual o livro consegue exercer a função de narrar e informar em profundidade, e a natureza do tema abordado pela obra. A partir daí, o autor propõe as seguintes classificações para o livro-reportagem: perfil, depoimento, retrato, ciência, ambiente, história, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem.

Abusado encaixa-se dentro do que Edvaldo Pereira Lima classifica como livro-reportagem-perfil, no qual a obra busca “evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse” (LIMA, 2009: 51). No caso do livro aqui analisado, essa personagem é o traficante do Comando Vermelho Marcinho VP. No entanto, Caco Barcellos não se prende estritamente à vida de VP, mas a usa como elemento norteador de uma narração que acaba por tangenciar diversos aspectos do crime, do tráfico de drogas e da favela.

Já a obra *CV_PCC* pode ser classificada como livro-reportagem-retrato, pois pretende traçar panorama geral do crime organizado no Brasil e “visa elucidar, sobretudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade” (*Idem*: 53). Apesar disso, ambas as obras possuem elementos de outras classificações como a atualidade do tema (característica do livro-reportagem-atualidade) e o propósito investigativo (alicerce do livro-reportagem-denúncia). Isso porque tais classificações são meramente didáticas e, na prática, quase sempre aparecem misturadas entre si.

As obras serão analisadas com base nos procedimentos de extensão propostos também por Edvaldo Pereira Lima, sendo eles denominados pelo autor de *a extensão pela pauta, a complementação pela captação e a fruição pelo texto*, que serão melhor explicados a seguir. Tendo tais elementos como norteadores será possível descobrir se, de fato, os livros supracitados conseguem atingir o objetivo do livro-reportagem: ir além da cobertura diária.

3.1 A extensão pela pauta

A extensão pela pauta utiliza-se, de acordo com Edvaldo Pereira Lima, da liberdade temática, de angulação, de fontes, temporal, do eixo de abordagem e de propósito. Ela deve receber atenção especial do jornalista que irá escrever um livro-reportagem, pois de um planejamento bem realizado nascem boas diretrizes para a coleta de dados e informações.

3.1.1 Liberdade temática

A liberdade temática consiste na possibilidade de o livro-reportagem abordar assuntos não tratados pela mídia ou que o foram de forma superficial ou com enfoque distinto ao do livro-reportagem. Não há dúvidas de que tanto *Abusado*, quanto *CV_PCC* fazem uso desta liberdade. Apesar de a violência ser assunto corriqueiro quando se fala em jornalismo, os dois livros o tratam de forma distinta da geralmente feita nos jornais diários, especialmente devido ao aprofundamento do tema que ambos propiciam e às fontes ouvidas.

Em *CV_PCC*, o jornalista Carlos Amorim conta a história das duas mais conhecidas facções criminosas do Brasil: o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. O autor conversa com pessoas que fazem ou fizeram parte das organizações, autoridades que as investigam, lê documentos e relatórios de operações policiais, enfim, busca nas fontes mais variadas uma forma de reconstruir a história dessas organizações e tenta desvendar tudo o que

acontece por trás dos nomes diretamente ligados à criminalidade no Rio e em São Paulo. A reportagem sai do factual para buscar o contexto e a história por trás dos fatos.

Em *Abusado*, a abordagem também é diferenciada. Caco Barcellos, por meio de entrevistas e documentos, escreve a biografia de Marcinho VP, ex-integrante do Comando Vermelho e que chefiou o tráfico de drogas na favela Santa Marta, situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, em meados dos anos 1990. No livro, os moradores da favela ganham voz e as opiniões e sentimentos dos homens por trás do tráfico ganham espaço. Em uma mídia na qual se dá mais lugar para as versões e relatos feitos por policiais, governadores e outras autoridades que representam o “bem” dentro do discurso maniqueísta, escutar o lado dos bandidos se mostra, no mínimo, diferente e contribui para a pluralidade de fontes que deveria ser a regra dentro do jornalismo.

3.1.2 Liberdade de angulação

A liberdade de angulação está ligada ao fato de o livro-reportagem ser uma obra autoral, ou seja, “a presença expressiva de seu realizador é, muitas vezes, marcante” (LIMA, 2009: 83). Isso implica que apesar de tratar de um fato jornalístico, o livro-reportagem não precisa preocupar-se tanto com a impessoalidade e com a objetividade quanto a notícia se preocupa, por exemplo.

No caso de *CV_PCC*, a narrativa do livro é predominantemente em terceira pessoa, mas há momentos em que o autor insere-se nos acontecimentos: “Quando me encontrei pela primeira vez com Olivério Medina, havia uma terceira pessoa, também da Colômbia, aquele tipo indígena bem-conhecido das regiões andinas” (AMORIM, 2008: 398). Tal recurso permite, inclusive, que o autor fale das próprias sensações: “Dez para as onze – e já estou desistindo. A camisa está grudada no corpo. Suor. Tensão. Medo de entrar novamente no labirinto” (*Idem*: 181).

Carlos Amorim também faz uso de outros recursos narrativos que se diferenciam dos utilizados no jornalismo diário. No trecho seguinte, o autor interage diretamente com o leitor:

Se você tivesse sido criado numa favela da Baixada Fluminense, sem trabalho, lazer ou escola, como seria possível acessar algum meio de crescimento social? Se você fosse uma pessoa inconformada, favelado dos arredores de uma cidade colombiana, sem trabalho, lazer ou escola, o que faria para mudar de vida? (*Ibidem*: 421)

Amorim também faz comentários a respeito das situações narradas dentro do texto, algo impensado nos gêneros jornalísticos não-opinativos. Um exemplo é o trecho em que o autor fala da resistência de Zé do Bigode, um dos fundadores do CV, a um cerco policial com mais de 400 homens. O autor introduz, claramente, uma reflexão própria, já que não teria como apurar pensamentos e emoções de um homem que já havia morrido quando o livro foi escrito.

Um dos mandamentos da organização certamente ficou ecoando em sua cabeça durante a última noite de vida: “Luta permanente contra a repressão e os abusos!” Na mente de um homem que não tem qualquer futuro à vista, talvez valha a pena morrer por isso. (*Ibidem*: 157)

Estes dois últimos recursos ajudam o leitor a sair da situação passiva de receptor para fazê-lo refletir. O livro não apenas informa. Ele também faz pensar nas situações vividas pelos personagens da obra, como o próprio autor fez no trecho acima.

Caco Barcellos narra a história de Marcinho VP em terceira pessoa. Apesar disso, é possível notar a presença de trechos em que o autor fala por si, como no posfácio da 20ª edição do livro *Abusado*.

Dois meses depois do lançamento, o ciclo de violência perversa continuava. Levei um susto quando soube da notícia em Londres, pelo telefone:

- Mataram um Marcinho VP. Pode ser o Juliano⁴? – perguntou um amigo.
- Impossível. Ele não está preso? – retruquei.
- Continuava preso, sim.
- Mas como? Tentou fugir?
- Não, foi morto pelos próprios companheiros da cadeia de Bangu. (BARCELLOS, 2009: 555)

Marcinho VP foi morto em julho de 2003, pouco tempo depois do lançamento do livro.

O trecho acima também demonstra outro recurso utilizado por Barcellos e que exemplifica o caráter autoral da obra: o uso de diálogos. Ao longo das mais de 500 páginas do livro, o autor narra acontecimentos não presenciados por ele e que, apesar da apuração exaustiva, não poderiam ter os diálogos transcritos com total perfeição. Caco Barcellos, contudo, afirma que não há qualquer elemento ficcional presente no livro.

⁴ Juliano é o codinome dado a Marcinho VP por Caco Barcellos. Ele utilizou-se do recurso para, segundo a nota do autor encontrada na página 11 da referida obra, “evitar intriga, perseguição, ou punições judiciárias aos que me confiaram seus segredos”. É importante lembrar que na data de publicação da obra, maio de 2003, Marcinho VP ainda estava vivo.

Tudo o que está escrito retrata exclusivamente a verdade e os diálogos, embora eu não tenha presenciado, são resultado da apuração que fiz. Eu falei com cerca de 200 traficantes. E se somar parentes, familiares, namoradas, mulheres, amantes, conhecidos e fontes formais também, como polícia, investigador, justiça, chegamos a um grande número de fontes e tudo faz parte da apuração a partir da qual eu construí esse romance de não-ficção. Se eu estou numa viela tentando reproduzir o tiroteio que levou à morte do Careca⁵ eu procuro perguntar. Quem viu? Quem não viu não me interessa. Eu quero conversar com quem viu ou pelo menos ouviu os tiros. Tudo começa ali. E vou fazendo um consenso entre as versões que eu ouvi. Assim, eu fui construindo, ao longo de cinco anos, frases colhidas pelo morro e sempre confrontando as informações para ter certeza absoluta que se tratava da verdade e não da invenção de uma pessoa. Por isso eu fui atrás dos processos, por exemplo. Como eu gravava tudo com gravação digital de imagem e som eu tinha também as gírias todas que eram ditas. Uma coisa é você apurar uma semana depois e não cinco anos depois. A coisa está muito mais viva. E assim você monta um diálogo sem ter visto nada, mas que é a mais pura verdade⁶.

3.1.3 Liberdade de fontes

“Não estando atrelado ao ritmo compulsivo de produção das redações, o livro-reportagem pode fugir do estreito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas” (LIMA, 2009: 84). A definição de liberdade de fontes dada por Edvaldo Pereira Lima não poderia ter sido mais bem aplicada do que foi em *Abusado* e *CV_PCC*. Os dois livros deixam as fontes oficiais um pouco de lado para também ouvirem versões que, de maneira geral, não aparecem na cobertura do dia-a-dia.

Carlos Amorim, por exemplo, usa a fala de um dos fundadores do CV para descrever o ambiente de um dos mais famosos presídios da história do país:

Na Galeria B da Ilha Grande, William encontrou matéria-prima para a fundação do Comando Vermelho. Ele já conhecia o presídio, onde passara alguns meses em 1971. A descrição que faz das condições desumanas da cadeia é de impressionar:

– O ambiente era paranoico, dominado por desconfianças e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus companheiros. Os presos ainda formavam uma massa amorfa, dividida. Matava-se com frequência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito. O maior inimigo da massa da Ilha Grande era, na ocasião, ela mesma, que estava dividida e dominada pelo terror. (AMORIM, 2008: 99)

Esse tipo de relato é muito interessante por dar ao leitor uma noção da vivência de quem está do lado de dentro das grades. Conjugadas às versões oficiais e à própria visão do leitor e/ou expectador, a narrativa dos fatos torna-se mais verossímil e se aproxima do objetivo de apreender vários aspectos da realidade.

⁵ Um dos traficantes do CV e amigo de Marcinho VP. O relato do tiroteio que culminou na morte dele é feito já no primeiro capítulo de *Abusado*.

⁶ Trecho de entrevista dada por telefone pelo jornalista Caco Barcellos à autora do presente trabalho. A entrevista foi realizada no dia 31 de outubro de 2011. Todas as citações do autor presentes neste trabalho foram retiradas desta entrevista.

No caso do livro *Abusado*, a escolha da fonte incomum se tornou ainda mais interessante: o pedido para ser ouvida partiu da própria fonte.

No ponto final, eu e o missionário Kevin já éramos aguardados por um jovem, de uns 15 anos de idade, que nos levou até o alto do morro e nos deixou à sombra de uma árvore. Juliano chegou minutos depois. Parecia ter pressa de voltar para o lugar de onde viera. Fomos objetivos.
 – Tenho uma proposta. Quero que você escreva um livro sobre a história da minha vida. (BARCELLOS, 2009: 459).

3.1.4 Liberdade temporal

Outro elemento que possibilita a extensão pela pauta é a liberdade temporal. Ou seja, o autor do livro-reportagem não precisa se restringir à cobertura do presente. Ele pode avançar “para o relato da contemporaneidade, resgatando no tempo algo mais distante do hoje, mas que todavia segue causando efeitos neste” (LIMA, 2009: 85). Amorim e Barcellos aproveitam-se dessa liberdade.

No livro *CV_PCC*, tal elemento é percebido através da narrativa histórica de elementos que contribuíram para o aparecimento do Comando Vermelho e, posteriormente, do Primeiro Comando da Capital. Um exemplo bastante significativo do uso da liberdade temporal por Carlos Amorim está no fato de ele contar a história do presídio da Ilha Grande, onde a convivência entre presos comuns e presos políticos durante os anos 1970 contribuiu para a criação do CV. Para isso o autor retomou, inclusive, trechos do livro *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, que esteve preso na Ilha Grande durante a ditadura de Getúlio Vargas. Carlos Amorim usa anotações sobre a situação do presídio feitas por Graciliano Ramos no passado para compará-la a do presente.

Graciliano Ramos esteve na Colônia Correcional em 1936, acusado de crimes contra o Estado. Nunca foi a julgamento. Quando chegou à Colônia, foi recebido pelo encarregado da segurança do presídio. O homem fez um discurso que o escritor registrou: “Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disso. Aqui não há grandes. É tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer!” A colônia penal da Ilha Grande tinha mudado muito em todos aqueles anos. Os antigos galpões de madeira, com chão de areia cercados por arame farpado, foram substituídos pelas galerias de três andares da penitenciária moderna. Muito da brutalidade daqueles tempos, no entanto, resistiu ao progresso. (AMORIM, 2008: 53)

Em *Abusado*, a liberdade temporal também está presente, especialmente por se tratar de um livro que narra a trajetória de vida de uma pessoa e também da comunidade em que viveu. Logo, é necessário retomar fatos ocorridos no passado. Um bom exemplo de como a liberdade temporal foi aproveitada por Caco Barcellos está nos capítulos que tratam da guerra

entre Zaca e Cabeludo, em 1987, pelo comando do Dona Marta. O conflito marcou não só a história morro, mas também do Rio de Janeiro.

Tiroteio era coisa da noite ou da madrugada. Os disparos do rifle de Carlinha pela manhã no sopé do morro, respondidos lá do alto pelos guerreiros inimigos, levaram ao pânico os moradores do Santa Marta. E acabaram com a possibilidade de um ataque surpresa ao esconderijo de Zaca. Depois de uma confusa reunião de planejamento, movida a cocaína, Cabeludo resolveu que iria atacar durante a próxima trégua. Foram duas horas de tiroteio ininterrupto. Com o cessar dos tiros, Cabeludo, Orlando Jogador e Ronaldo Maldição, à frente de 15 homens, partiram para o ataque certos de que iriam acabar de vez com o poder de Zaca. Ao partir, Cabeludo resolveu levar o rifle e deixou uma pistola automática com Carlinha. Na hora, chamou sua atenção um grande movimento de carros de imprensa nas ruas de acesso. (...) Os combates de Zaca e Cabeludo virariam notícia no Brasil e no mundo. (BARCELLOS, 2009: 113 - 114).

3.1.5 Liberdade do eixo de abordagem

A possibilidade de extrapolar a factualidade dá ao livro-reportagem o que Edvaldo Pereira Lima chamou de liberdade do eixo de abordagem. Ela é entendida pelo autor como uma maneira de o livro-reportagem “vislumbrar um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradoras que compõem um terreno das linhas de força que determinam o acontecimento” (LIMA, 2009: 85). No caso dos livros analisados, são levados em conta fatores sociais, históricos e familiares para se chegar ao tema violência. São narrados, por exemplo, os motivos que levaram jovens a se envolverem com o tráfico, os conflitos pelos quais passaram durante infância, adolescência e fase adulta, quem foram os heróis deles, enfim, situações que revelam um pouco do lado humano de pessoas rotuladas por si e pelos outros como, simplesmente, bandidos.

Assim, a violência deixa de ser apontada como elemento isolado, como muitas vezes ocorre na cobertura diária. Os livros mostram que ela possui causas e consequências e que não é problema possível de ser resolvido apenas com endurecimento de ações policiais, especialmente devido ao fato de a violência estar ligada a questões socioeconômicas. A historiadora e socióloga Maria Alice Rezende de Carvalho, por exemplo, vê a violência no Rio de Janeiro “como forma de busca pela *igualdade* e, sobretudo, pela *liberdade*. Para a autora, a violência é apontada como forma de reivindicação de *liberdade*, visto que a privação desta impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade” (CARVALHO *apud* BORGES, 2003: 6, grifos do autor).

3.1.6 Liberdade de propósito

Por fim, há a liberdade de propósito. Tal liberdade pode ser entendida como fruto da união entre as outras liberdades citadas. O propósito do livro-reportagem é informar, esclarecer em profundidade. Por conterem os elementos de extensão pela pauta propostos anteriormente, é possível afirmar que *Abusado* e *CV_PCC* também alcançam a liberdade de propósito. Ambos os livros descortinam aspectos algumas vezes postos de lado durante a cobertura diária e que fazem o leitor perceber que a teia que envolve a violência e o crime organizado é muito mais intrincada do que as notícias diárias conseguem sugerir.

3.2 A complementação pela captação

A complementação pela captação está ligada ao fato de a reportagem em profundidade exigir trabalho exaustivo de coleta de dados e documentos para que possa ser bem escrita e apresentar informações de fato relevantes e novas para o leitor.

O livro-reportagem não estando, como não está, preso à rotina industrial dos veículos periódicos, tem, o potencial em teoria, para se livrar da captação premida pelo tempo; estando liberto da objetividade reducionista e puramente tecnicista que habitualmente impera na imprensa regular, pode, em tese, experimentar novas formas de captação, expandir o leque de consulta, criar novas maneiras de interação entre o repórter e seus entrevistados, munir-se de instrumentos inovadores na observação do real em suas múltiplas complexidades, já que, em princípio, não há necessidade de se submeter a um “gosto médio”. (LIMA, 2009: 107)

Assim, o autor de um livro-reportagem conta tanto com mais tempo, quanto com maior liberdade durante o processo de apuração dos fatos, ou captação, como prefere Edvaldo Pereira Lima. Já que possui tais vantagens em relação aos jornalistas que escrevem matérias diárias, pode valer-se de instrumentos como entrevistas de compreensão, histórias de vida, observação participante, memória, documentação e visão pluridimensional simultânea.

3.2.1 Entrevistas de compreensão e histórias de vida

Apesar de também serem muito utilizadas pelo jornalismo diário, nos livros-reportagem as entrevistas apresentam maior valor expressional, nascendo daí um diálogo mais estreito entre o entrevistador e o entrevistado. Além disso, no livro-reportagem é possível costurar diversas entrevistas para criar um painel de vozes dos vários envolvidos em um acontecimento. O recurso de histórias de vida está estreitamente ligado ao de entrevistas de compreensão, mas caracteriza-se por aparecer na forma clássica, ou seja, pergunta e resposta.

Abusado é construído em torno de diálogos, por isso, apresenta a forma clássica pergunta e resposta em diversos momentos. Contudo, a transcrição completa das entrevistas

realizadas por Caco Barcellos para a reconstituição dos fatos não é feita. Os diálogos são formulados pelo autor a partir delas. Um ponto a ser destacado nessa reconstrução é a linguagem coloquial, que torna os diálogos mais verossímeis:

- Quero sabê quem deixô fotografá a Carlinha aqui?
- Ninguém deixô, Cabeludo. Nenhum repórter chegou aqui perto – respondeu Juliano, que continuava de plantão no Bar do Guerreiro.
- Como não? E essa foto aqui, pistola e o caralho? (BARCELLOS, 2009: 116)

Em *CV_PCC* é possível encontrar trechos em que a entrevista é transcrita por meio da forma clássica. Um exemplo é o diálogo entre Carlos Amorim e o comandante das FARC's Olivério Medina.

- Olivério, como fica o não-matarás para um padre-guerrilheiro? Como misturar cristianismo com marxismo e luta armada?
- *Hombre*, isso é muito fácil de entender. Primeiramente, eu gostaria de dizer que o maior pecado é não lutar quando a luta é inevitável. Camilo Torres dizia que o maior pecado dos homens era não serem revolucionários. Quanto à ideologia, também é simples: se você observar os princípios do cristianismo, vai chegar ao socialismo e, portanto, à revolução. A igreja teve, tem e terá um papel fundamental na América Latina. (AMORIM, 2008: 401)

Carlos Amorim também se utiliza das entrevistas como forma de confirmar ou mostrar lados diferentes sobre um mesmo caso.

3.2.2 Observação participante

A observação participante é outra forma de captação do real da qual o livro-reportagem pode fazer uso. Ela consiste na inserção do observador no grupo observado. Tal método está presente nas duas obras analisadas, ainda que o acaso tenha contribuído para isso, como conta Carlos Amorim:

Em 1981, quando dirigia um episódio do *Globo Repórter* chamado “A Escalada do Crime”, fiquei encurralado num tiroteio entre a polícia e um dos primeiros grupos ligado ao CV. A quadrilha roubava bancos e utilizava o dinheiro para resgatar prisioneiros da Ilha Grande. O tiroteio durou onze horas e – no final – havia um bandido contra 400 policiais. A coragem desse homem (José Jorge Saldanha, o Zé do Bigode) me impressionou demais. Pesquisando a vida dele, cheguei às origens do CV. E daí não parei mais. Esse trabalho consumiu 27 anos, metade da minha vida.

O episódio vivenciado de perto por Carlos Amorim e que o fez se interessar pela violência é narrado em *CV_PCC*. Nos capítulos referentes ao fato, o autor mistura elementos vividos por ele e apurados posteriormente para compor a narrativa. No trecho a seguir, Amorim conta um pouco do que sentiu durante o tiroteio, o que dá maior carga subjetiva e emocional à narração, além de mostrar que ele estava próximo dos fatos:

Cheguei ao Conjunto dos Bancários mais ou menos às onze da noite do dia 3. Fiquei lá durante doze horas, até tudo estar acabado, na manhã do dia seguinte. Ser testemunha de um combate como esse faz pensar. Principalmente porque o bandido cercado teve oportunidade de se render, e preferiu a morte. (AMORIM, 2008: 151-153)

No caso de *Abusado*, a observação participante esteve mais ligada à convivência de Caco Barcellos com o cotidiano da favela ao longo de cinco anos de apuração. O jornalista sabia que aquela proximidade tinha seus perigos, mas preferiu arriscar:

Deixei cartas na chefia da redação do meu trabalho na TV, explicando a natureza da reportagem que faria. Era a maneira de fazer um esclarecimento prévio aos meus colegas para a eventualidade de ser preso na companhia de traficantes foragidos. Os primeiros instantes da apuração deste livro confirmaram minha intuição. Juliano promovera um “banquete” no coração de uma das favelas do Turano para receber a visita da namorada Milene e de alguns amigos da Santa Marta. (...) Fiquei preocupado com a segurança. Achava que a qualquer momento poderia haver uma invasão da polícia ou de alguma quadrilha inimiga. Ninguém parecia preocupado com isso. (BARCELLOS, 2009: 461)

Situações de conflito, contudo, muitas vezes obrigaram Caco Barcellos a fazer a apuração fora do morro:

O processo de apuração foi idêntico ao que eu faço todo dia. Só que ali, como eram morros do Rio de Janeiro dominados por quadrilhas do Comando Vermelho e em guerra, havia as dificuldades de um cenário como esse. Toda guerra que você vai fazer cobertura há sempre o risco inerente à guerra. Conflito entre quadrilhas pela disputa de pontos. Conflito entre polícia e traficantes também. Isso evidentemente faz com que você tenha muito cuidado. Muitas e muitas vezes eu fiz a apuração fora do morro. As pessoas com quem eu queria conversar desciam para falar comigo numa área mais segura.

3.2.3 Memória

A memória, entendida “como resgate de riquezas psicológicas e sociais” (LIMA, 2009, 127) é mais uma forma de captação do real. A reconstrução feita pelo narrador é essencial nesse recurso, pois por meio dela consegue-se sair da informação pura e simples para se chegar a uma compreensão superior da realidade examinada.

O menino não entendeu muito bem o que estava acontecendo. Aos sete anos, o mundo jogava com ele uma partida difícil. Estava para ser abandonado pela segunda vez. Quando nasceu, a mãe verdadeira o largou aos cuidados de uma senhora cristã que se prestou a criá-lo. A mãe postiça, sempre preocupada, tentava manter em dia a casa pobre na Zona Leste de São Paulo. Mesmo com muitas carências, era um ambiente aparentemente seguro, onde o garoto crescia com alguma proteção e afeto. Mas o quadro muda de repente. Naqueles dias, José descobriu que a madrasta tinha outros interesses além de cuidar dele. O malabarismo das mulheres pobres às vezes tem desfecho repentino. Aquela arrumou namorado, que virou marido, que não se deu bem com aquele José arredio, enfrentador, cheio de vontades. (AMORIM, 2008: 371)

No trecho acima, Amorim reconstrói a situação de abandono vivida por José Márcio Felício, o Geleia, que se tornaria um dos líderes do PCC. O autor, contudo, opta por não fazê-lo de forma excessivamente objetiva, como provavelmente ocorreria na cobertura diária. Em vez de dizer “Geleia foi abandonado pela mãe ao nascer e pela madrasta aos sete anos de

idade”, Amorim optou por dar certa dramaticidade à narrativa de uma situação essencialmente dramática. Eis aqui uma boa forma de resgatar a riqueza psicológica da cena.

Em *Abusado*, a presença da construção narrativa é maior que em *CV_PCC*. Naquele, a quase totalidade das informações possui seus contextos reconstituídos e contados pelo autor. É o caso do assassinato de Stela pelo próprio marido enquanto este estava sob efeito de drogas:

Era véspera do dia das mães, o segundo em que Cabeludo passara a noite cheirando pó. (...) Stela tentou convencê-lo a parar de cheirar, mas não conseguiu. Ele continuou aspirando fileiras de pó madrugada adentro e, pior, por vários dias seguidos. (...) Juliano o encontrou trêmulo, deitado num sofá, com as duas armas nas mãos e sem condições de conversar por causa da língua travada pela coca. Cabeludo aceitou um copo de água, servido por Brava, que dava conselhos. Embora tentasse continuar cheirando, não tinha forças nem para aspirar o pó espalhado numa bandeja sobre a mesa. (...) O dia amanhecia quando Cabeludo saiu de casa aos prantos, carregando no colo uma loira de cabelos longos, que quase encostavam no chão. Desceu o beco das Promessas e parou no largo do Cruzeiro com Stela nos braços, com três tiros no peito, morta. Ninguém ousou perguntar o que havia acontecido com a “rainha”, como ele costumava chamá-la. Nem precisava. (BARCELLOS, 2009: 93-94)

3.2.4 Documentação

A documentação também é forma de captação do real, sendo utilizada tanto no jornalismo diário, quanto no livro-reportagem. No último caso, entretanto, a documentação ganha força. O papel fundamental dela, especialmente no que tange à verificação da veracidade dos fatos, é mencionado por Carlos Amorim:

Optei por só publicar informações que tivessem ao menos duas fontes (ou documentos ou depoimentos) convergentes. Boas histórias ficaram de lado por falta de confirmação. Em todos esses anos, protegido por esse critério, meus livros nunca foram questionados. Para o primeiro livro (*Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*) reuni 20 mil páginas de entrevistas, depoimentos, documentos oficiais e publicações. Mais tarde, esse material foi reduzido para oito mil páginas, que até hoje estão encaixotadas num depósito. No total dos três livros, já não tenho conta de quanto material andei colecionando nesses anos todos. O mais difícil foi reunir informações dignas de crédito.

Em *CV_PCC* há a presença da transcrição de vários trechos de documentos que Carlos Amorim acumulou ao longo dos anos. De modo geral, o autor utiliza as citações documentais para complementar ou comprovar afirmações feitas por ele.

A documentação também fez parte da apuração de Caco Barcellos. Dois exemplos explícitos são as fotos presentes no livro e a reprodução de trechos de entrevistas dadas por Marcinho VP aos jornais *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* quando da visita de Michael Jackson ao morro Dona Marta para a gravação de um videoclipe.

O último meio para a captação do real é a visão pluridimensional simultânea. Edvaldo Pereira Lima diz o seguinte a respeito dela:

Ao contrário do jornalismo cotidiano, o livro-reportagem moderno ensaia introduzir, em seu enfoque, uma lente que passa a observar a realidade na dimensão ampliada perceptível pela ciência moderna. Não se trata mais de uma visão reduzida do cartesianismo, mas sim da incorporação de óticas modernas abrangentes. Nem se trata do mergulho no imaginário como fantasia ou ficção, mas como elementos que ajudam a explicar o real num contexto total, sistêmico. O jornalismo não deixa de abordar o real, não se confunde com a ficção. Mas nega que o real seja apenas sua porção mais aparente, visível, concreta, material. (LIMA, 2009: 130-131)

Entendida dessa forma, a visão pluridimensional simultânea torna-se mais um objetivo que um meio para a captação do real. Ela deve orientar as outras maneiras de captar a realidade, como entrevista e observação participante, para que o intuito do livro-reportagem, de abarcar mais que uma parte aparente do real, seja atingido. Devido ao fato de os livros-reportagem aqui analisados valerem-se de várias estratégias, já citadas anteriormente, para superarem a narrativa do fato isolado, fora de seu contexto, acredita-se que eles consigam chegar à visão pluridimensional da realidade. Esta forma de captação não está presente em um trecho, mas na obra como um todo, já que é fruto da união das demais formas de captação do real.

3.3 A fruição pelo texto

Além dos limites impostos pela pauta e pelas maneiras de captação, a linguagem e o excessivo apego do texto à objetividade e à informação fazem com que o jornal diário perca “o alcance possível de um tratamento mais enriquecedor, de uma exploração que traga, ao leitor, gratificação superior” (LIMA: 2009: 134).

Dentro do livro-reportagem, alguns recursos podem ser utilizados para que o texto se torne mais completo e interessante aos olhos do público e aproxime a narrativa jornalística às narrativas das artes. Tais elementos são as técnicas de redação, que englobam narrativa, descrição, exposição e diálogo; as funções da linguagem; as técnicas de angulação e a forma de editar o texto; e o ponto de vista.

3.3.1 Técnicas de redação

O livro-reportagem, segundo Edvaldo Pereira Lima, tem por base uma ação dada e privilegia, na maior parte das vezes, a intensidade da ação em detrimento do ambiente. No entanto, em casos nos quais o autor pretende sair do particular para chegar ao global, o ambiente também pode receber ênfase.

A descrição, por sua vez, ocorre quando há uma pausa na sequência narrativa para a representação, de maneira particularizada, de algo que, de modo geral, faz parte da cena narrada.

Já a exposição é entendida como apresentação de fatos juntamente com as circunstâncias e implicações ocasionadas por eles. De acordo com Edvaldo Pereira Lima, no livro-reportagem tal técnica é utilizada pelo autor para discutir uma questão e tentar convencer o leitor de sua opinião sobre o tema.

As obras, entretanto, não apresentam apenas um desses elementos. Eles aparecem, em maior ou menor proporção, misturados ao longo das publicações. No caso dos livros-reportagem aqui analisados não é diferente. Apesar disso, uma das técnicas pode ser predominante sobre as outras. No caso de *Abusado*, a narração se destaca. Em *CV_PCC*, apesar da forte presença narrativa, a exposição também aparece.

3.3.2 Funções da linguagem

As funções da linguagem são referencial, expressiva, conativa, fática, poética e metalinguística. Dentre elas, a mais utilizada pelo jornalismo cotidiano é a fática, na qual o emissor busca dar informações da realidade de maneira impessoal, direta, denotativa. Fazer uso das outras funções, no entanto, pode ser uma saída para o enriquecimento do texto e a extensão do livro-reportagem, muitas vezes, pede esse uso para que o leitor se mantenha interessado durante todo o período de leitura. Para Edvaldo Pereira Lima, “o mais comum é que ocorra a alternância entre a função referencial – aquela que responde por um relato seco, direto – e a expressiva, na qual o emissor da mensagem evidencia-se no texto com suas opiniões e sentimentos” (LIMA, 2009: 156).

Apesar disso, outras funções podem aparecer dentro do livro-reportagem, como no trecho a seguir, em que Carlos Amorim se utiliza da função poética da linguagem, cuja forma da mensagem é posta em evidência:

A tarde desaba sobre os contornos da ilha. As últimas luzes atravessam as grades e transformam as galerias da penitenciária em um cenário de claro e escuro fantasmagórico. Anoitece na Ilha Grande. Os últimos raios do sol acrescentam esse aspecto estranho ao presídio Cândido Mendes. Cada interno que se move nos corredores deixa o rastro de uma sombra. Como se cada um fosse ele e mais um. Porque o sol, em seu afogamento nas águas do Atlântico, está agora exatamente na altura da grade das celas. Faz lembrar o entendimento das regras internas da cadeia. Tem pelo menos duas possibilidades – luz e sombra. Vida e morte. (AMORIM, 2008: 49)

Outra função da linguagem que pode ser percebida dentro do livro-reportagem é a metalinguística, em que o código é utilizado para falar do próprio código. Um exemplo disso é o seguinte trecho:

Os invasores não esconderam que eram repórteres dos três maiores jornais do Rio de Janeiro. Por coincidência, *O Dia*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil* escalaram alguns de seus melhores repórteres para produzir reportagens sobre uma mesma ideia: infiltrá-los na favela para mostrar a transformação da vida de seus moradores durante as gravações do clipe de Michael Jackson. (BARCELLOS, 2009: 338-339)

O repórter Caco Barcellos utiliza-se do livro-reportagem para falar a respeito das rotinas que envolvem o jornalismo.

3.3.3 Técnicas de angulação

A angulação está relacionada ao fato de o autor saber onde e como colocar determinado elemento do texto de modo que o resultado final seja o mais próximo possível daquilo que ele pretendia alcançar. Nesse ponto, Edvaldo Pereira Lima toma emprestado de Gaudêncio Torquato os recursos técnicos de angulação propostos por este no livro *Jornalismo empresarial*: imagens, analogias e comparações; tipificação de situações e personagens; e a descoberta do aspecto mais original ou interessante da matéria. Além disso, Gaudêncio Torquato também recomenda equilibrar a utilização entre texto direto e indireto.

No entanto, Edvaldo Pereira Lima trabalha aqui apenas com as técnicas de angulação ligadas a imagens e de combinação entre texto direto e indireto, por entender que os outros tópicos encaixam-se em assuntos já tratados anteriormente.

No trecho de *Abusado* que se segue é possível notar a construção de uma imagem de maneira clara, a fim de que o leitor a retenha:

O socorro desce a ladeira interminável, com faróis e lanternas apagadas. Silêncio para os ouvidos desatentos. O ruído do motor é de carro novo. Com o câmbio em ponto morto, é inaudível até para o cachorro, sempre atento aos movimentos, na curva que se aproxima. É prudente frear, reduzir ao mínimo a velocidade e desligar o Fiesta para evitar o latido escandaloso de sempre. Só o rangido do giro de pneu sobre o paralelepípedo denuncia o avanço lento de quem vai tentar o resgate dos amigos. (*Idem*, 2009: 15)

A combinação entre texto indireto e direto também está presente em *Abusado*. Tal característica, porém, não é compartilhada com *CV_PCC*, onde o texto indireto é predominante.

3.3.4 Ponto de vista

O ponto de vista está ligado à posição, à perspectiva que o autor mostrará determinado acontecimento. Nesse recurso, o autor assume o papel de “olhos” do leitor, pois é por meio dele que este conhece a realidade. Uma das formas de assumir um ponto de vista é com o uso das formas de narração. Em *Abusado* e em *CV_PCC* ela ocorre, predominantemente, em terceira pessoa, apesar disso, recursos como comentários do autor e um olhar não tão distanciado em relação aos fatos narrados estão presentes em ambas as obras.

Entretanto, Carlos Amorim afirma que seu relacionamento com as fontes sempre foi impessoal e distanciado. Ele completa: “Distanciamento é uma obrigação do jornalista e do historiador”.

Caco Barcellos, ao contar como procedeu durante a apuração do livro, revela que possui uma visão diferente a respeito do tema:

Eu reproduzi a dinâmica mais tradicional da imprensa. Saí de peito aberto pra rua e me aproximei das pessoas envolvidas na história que eu queria contar. Na história de uma quadrilha da terceira geração do CV no Rio de Janeiro. Eu tentei me aproximar o máximo que eu podia das pessoas envolvidas com essa quadrilha.

E diz mais:

Eu discordo que conversar com as pessoas tire a objetividade. Conversar com as pessoas é fundamental. Eu acho que quem trabalha com reportagem e não conversa com as pessoas não vai fazer reportagem nenhuma, vai fazer arquivo, vai fazer ctrl+c ctrl+v. Um repórter que não conversa com as fontes não vai fazer um trabalho nada, mais nada, objetivo, nada revelador. Ele vai apenas reproduzir o trabalho dos outros, porque ele estará fazendo apenas cópia do que já foi feito. Sem se aproximar, sem conversar com as pessoas a gente não faz, na minha opinião, um trabalho com boa qualidade.

3.3.5 Técnicas de edição

Edição é montar, estruturar, ordenar as várias ações que foram apuradas e que agora formarão o texto. Sem uma boa edição, todo o trabalho feito nas etapas anteriores pode ter muito de seu peso diminuído, como explica Edvaldo Pereira Lima:

É dessa distribuição concatenada de tempos e espaços, dessa engenharia de armação do texto, que depende, em última instância, a *fluência* que a narrativa terá e a *eficiência* que a mensagem alcançará. Não se trata apenas de armar uma sequência após outra na dimensão temporal e de distribuí-la, como elos de correntes, no espaço. É também uma questão de plantar as ações-chave ao longo do texto, de ancorar a narrativa em pilares localizados de tal sorte que não deixem o teto desabar, para vergonha das paredes nuas. (LIMA, 2009: 165-166, grifos do autor)

A maneira tradicional dessa construção é a cronológica, mas nenhum dos livros aqui analisados optou por ela. Nas obras abordadas, o tempo vai e volta, sem seguir uma ordem temporal rígida, apesar de ela também aparecer.

E como proceder quando a quantidade de material apurado é enorme? Como organizar tudo e definir o que vai e o que não vai para publicação? Carlos Amorim aposta na intuição e começa pelo que se costuma deixar para o final:

Escrevo sem roteiro, de maneira intuitiva. Começo pelo título. Coloco dedicatória, nota de abertura e vou seguindo, levado pela própria dinâmica do texto. Para mim funciona assim. Não sei como é para os outros. Também tenho ajuda de profissionais de pesquisa, que tiram dúvidas e acrescentam informações que vou processando enquanto escrevo. Estudo muito outros autores, nacionais e estrangeiros, que são fartamente citados em meus trabalhos. Leio com atenção os jornais diários e as revistas. Consulto fontes como o FBI, o DEA e outras ligadas à matéria. Além do mais, a memória é um poderoso instrumento de trabalho para o jornalista. Mas não basta lembrar uma coisa, é preciso pesquisar e documentar.

Caco Barcellos, por sua vez, afirma que a escolha do que será publicado ou não começa ainda nas ruas:

Estou em busca do que é original. O que já foi dito, escrito na imprensa ou está na Internet é tudo coisa velha. Eu estou na rua em busca de coisas novas. Coisas que estão na Internet, nos arquivos dos jornais podem até servir pra você saber o que não interessa porque já foi contado. E o critério é radicalmente esse. Isso aqui ninguém sabe. Isso aqui nunca foi contado. Então é isso que eu vou contar. Na hora de escrever, da mesma forma. É na apuração que eu determino qual será a minha prioridade. Quando eu vou para o texto mesmo, eu já tinha a prioridade estabelecida lá na minha apuração. É na apuração que eu faço o livro, não é no computador. A parte mais importante do trabalho jornalístico é o cuidado, o esmero na reconstituição dos fatos. Isso é o essencial.

Todos esses recursos e técnicas citados ao longo deste capítulo funcionam como uma tentativa de se conseguir um relato mais completo e profundo da realidade e mostram que, por meio do esforço e da criatividade, é possível, sim, fazer jornalismo de qualidade. Apesar disso, o caminho ainda não está totalmente trilhado. É preciso que a cada dia se busque novas formas de captar a realidade e aprimorar o relato jornalístico.

Conclusão

Desde que a ideia do presente trabalho surgiu, a autora imaginou que ele pudesse causar polêmica ou ser olhado torto por aqueles que acreditam que “bandido bom é bandido morto”. Tal noção, contudo, não pode ou deve impregnar a cobertura jornalística. Por isso, o presente trabalho mostra-se como tentativa de ampliar os horizontes daqueles que acreditam que pessoas relacionadas de alguma forma à violência não merecem espaço em qualquer lugar, menos ainda na mídia.

O inciso I do artigo 12 do Código de ética dos jornalistas dispõe que o repórter deve ouvir sempre o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística. O artigo também afirma que pessoas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas devem receber ainda maior atenção durante a cobertura dos fatos.

Como já foi dito, não é o que ocorre na mídia atualmente. As fontes legitimadas, a exemplo do apresentado no segundo capítulo do presente trabalho, são as que mais aparecem nas reportagens que tratam de violência, o que gera parcialidade. Como o leitor ou o espectador poderá formar opinião após pesar prós e contras dos argumentos de cada um dos lados se apenas uma versão da história lhe foi apresentada?

Apesar das dificuldades éticas e práticas, dar voz àqueles que quase sempre são postos de lado pelo discurso da mídia é importante e deveria ser preocupação da imprensa brasileira. Aqui, quando se fala em dar voz a quem não tem, não se fala somente de traficantes ou foragidos da justiça, mas principalmente da classe trabalhadora que vive nas periferias das grandes cidades e não vê o próprio cotidiano presente nas páginas de jornal.

O cenário das favelas, por exemplo, é retratado em diversas notícias como um lugar perigoso e repleto de bocas de fumo. Seria mentira dizer que isso não existe, mas também existe mais coisa por lá. E porque não trazer o que a periferia tem de bom à tona? Por que notícia boa não vende jornal? Por que as classes altas não se interessam por isso? Epa! Mas por que se faz jornalismo mesmo? Sempre se acreditou que ele tivesse qualquer obrigação social e devesse ter por finalidade o interesse público. No entanto, a transformação da notícia em mercadoria imposta pela lógica capitalista dita outra regra. “Tostines vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais?”

Então aparece o livro-reportagem como alternativa. Por não estar diretamente relacionado ao interesse econômico das grandes empresas jornalísticas, o autor de livros-reportagem pode dar-se ao luxo de escrever e abordar temas de forma não tão comercial.

Além disso, o jornalista que se dedica à produção de um livro-reportagem possui quantidade bastante superior de tempo para apurar, se comparado ao jornalista das redações, que precisa estar com tudo pronto para ontem. A possibilidade de trabalhar com tempo mais longo e com maior número de páginas também dá ao jornalista do livro outra vantagem: ele pode conversar com mais fontes e mergulhar no contexto que pretende retratar.

É sabido que ambas as realidades possuem características extremamente diferentes e aqui não se pretendeu, de forma alguma, querer que a cobertura diária faça tudo aquilo que o livro-reportagem consegue fazer. O que o trabalho se propôs a mostrar foram falhas que devem ser sanadas e sugerir maneiras de melhorar a cobertura de violência. A adoção de algumas das características do livro-reportagem, a exemplo da pesquisa realizada antes de se escrever sobre o tema e a pluralidade de fontes, seria um bom começo.

Aqui também não se objetivou afirmar que o livro-reportagem é perfeito. Ele, assim como todo produto humano, apresenta falhas e pode ser aprimorado. Mas isto já é assunto para outro trabalho acadêmico.

Tudo isto posto, a ideia que este trabalho pretendeu imprimir na memória dos leitores é a de que a cobertura de violência apresenta diversas lacunas que precisam ser preenchidas. Não se pode mais fechar os olhos e simplesmente fingir que não existem. A tarefa é árdua, mas precisa ser feita e o livro-reportagem é exemplo de que a cobertura de violência pode e deve ser mais completa e profunda.

Assim, para jovens e velhos jornalistas brasileiros surge mais um desafio. Cobrir violência com o mesmo zelo e cuidado de apuração que o jornalista deve cobrir qualquer área. Pois é justamente essa a beleza de ser repórter: ouvir todas as vozes, acurar a visão, perceber o imperceptível, apreender a intensidade do momento para, enfim, por no papel um instante que já se desfez no ar.

Referências bibliográficas

Livros

AMORIM, Carlos. *CV_PCC: A irmandade do crime*. 9ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro, José Olympio: 2008.

ATHAYDE, Celso e BILL, MV. *Falcão: Meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BARCELLOS, Caco. *Abusado: O dono do morro Dona Marta*. 20ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2009.

COSSON, Rildo. *Fronteiras contaminadas: Literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4ª edição, São Paulo: Manole, 2009.

SODRÉ, Muniz. *Sociedade, mídia e violência*. 2ª edição, Porto Alegre: Sulina; Edipucrs, 2006.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. A narrativa jornalística. In: *Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

Arquivos on-line

BORGES, Wilson. *Mídia impressa e violência: (re)construção do espaço público*. XXVI Congresso brasileiro de ciências da Comunicação (Intercom) - 2003. Disponível em <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4393/1/NP2BORGES.pdf>. Acessado em 19 de julho de 2011.

GENRO FILHO. O segredo da pirâmide ou a essência do jornalismo. In: *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê: 1987. Disponível em <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acessado em 16 de outubro de 2011.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-midia%20e%20violencia.pdf>. Acessado em 08 de outubro de 2011.

RODRIGUES, Felipe. *Livro-reportagem: uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 2010. Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/download/disserta%C3%A7%C3%B5es%20MDCC/Felipe%20Aperecido%20Rodrigues.pdf>. Acessado em 13 de maio de 2011.

Textos legais

BRASIL. *Código Penal*. Artigos 155 e 157. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acessado em 19 de outubro de 2011.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Disponível em <http://www.saladeprensa.org/art897.pdf>. Acessado em 02 de novembro de 2011.